

ACM recebe parlamentares norte-americanas

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem uma comitiva da Fundação Nacional das Mulheres Parlamentares, em visita de caráter privado ao Brasil, para conhecer melhor a realidade brasileira e realizar um levantamento de oportunidades de negócios e parcerias entre empresas dos dois países.

A fundação foi criada em 1938, e sua atual presidente, Robin Read, que dirige também a Seção Internacional do Partido Republicano, veio com o grupo, juntamente com a empresária Barbara Hayward, da Hayward International.

Compõem o grupo uma senadora - Nancy Lorraine Hoffman, de Nova York - e cinco deputadas - Elsie Rast Stuart, da Carolina do Sul; Lyn Barkes, de Michigan; Bonnie Sue Cooper, de Missouri; Vicki Agler, do Colorado; e Val Ogden, do estado de Washington.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) acompanhou as parlamentares durante a audiência. A comitiva irá ainda a Goiânia, Curitiba e Palmas.

Freire quer urgência para fim de manicômios

Roberto Freire apresentou requerimento para que seja incluído na ordem do dia projeto que prevê a extinção progressiva dos manicômios. Segundo ele, países civilizados não usam mais essa forma de tratamento. **Página 7**



As parlamentares norte-americanas conversam com Antonio Carlos e Leomar Quintanilha

CPI apura emissão de R\$ 3,5 bilhões

Emília Fernandes revela informações de disquete do Banco Central que contém registro de 49 mil operações com títulos, em 1995 e 1996

Situação da Justiça e dos presídios preocupa

Por entender que a Justiça não pode mais continuar sendo motivo de desânimo e esperas intermináveis, o senador Valmir Campelo sugeriu uma reforma que coloque o Judiciário em sintonia com uma sociedade em "contínuo processo de mutação". Já o senador

Sebastião Rocha prega mudanças no quadro "lastimável e vergonhoso das prisões no país". **Pág. 5**

NESTA EDIÇÃO

Nabor cobra socorro para desabrigados

Página 6

Lobão: Brasil cedeu a pressões internacionais

Página 8

A senadora Emília Fernandes, encarregada pela CPI dos Precatórios de analisar disquete do Banco Central com registros sobre títulos emitidos para pagamento de precatórios em 1995 e 1996, informou ontem que foram realizadas, no período, 49 mil operações. O volume financeiro alcançou R\$ 3,5 bilhões. Hoje, a CPI reúne-se às 10 horas para interrogar o dono de uma corretora e o ex-secretário da Fazenda de Alagoas. Ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que a comissão poderá reunir-se aos sábados e domingos, para realizar todo o trabalho de levantamento. **Página 3**

Senado vota projeto que anula compra feita pela Vale

Pelo parecer do senador Bernardo Cabral, a estatal infringiu dispositivo constitucional ao adquirir o controle acionário da empresa Urucum Mineração sem a devida autorização legislativa



Bernardo Cabral



João França

O plenário do Senado deverá votar hoje projeto de decreto legislativo que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), das ações da Urucum Mineração. Pelo parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a Vale infringiu dispositivo constitucional ao adquirir o controle acionário da Urucum sem a devida autorização legislativa.

Cabral esclareceu que a Vale era acionista minoritária da Urucum e assumiu o controle acionário da empresa comprando as ações controladas pela Companhia Mato-Grossense de Mineração, pela Construtora Alcindo Vieira e pelo estado do Mato Grosso do Sul.

INVASÃO

Consta ainda da pauta da sessão de hoje projeto de iniciativa da senadora

Marina Silva (PT-AC) estabelecendo que invasão pacífica de terras improdutivas não pode ser considerada crime; e projeto de autoria do senador João França (PMDB-RR) que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor. O plenário deverá votar, também, projeto de decreto legislativo que trata da situação dos garimpeiros de Serra Pelada.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o governador de Sergipe, Albano Franco
11h30 - Recebe o presidente do grupo Matra-Hachette, Jean-Luc Lagardère
15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado
16h45 - Recebe o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Roberto Robaina Gonzalez

PLENÁRIO

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado
Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *PLS nº 45/96, que acrescenta parágrafo 4º ao art. 161 do Código Penal; *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor; *PDL nº 114/96, que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração; *PDL nº 1/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à Nota Conjunt/Minfra nº 0024-92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92 do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24.03.92.

COMISSÕES

10h - CPI dos Precatórios
Pauta: Depoimentos do ex-secretário da Fazenda de Alagoas, José Pereira de Sousa; e do diretor da empresa Boa Safra, Fausto Solano Pereira. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho
10h - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios
Pauta: Elaboração da agenda para funcionamento da comissão em 1997; e sugestões para realização de seminários com os governadores dos estados e participação do Poder Executivo, Tribunal de Contas da União e membros da CPI dos Precatórios. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
16h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1531-3/97, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (12.03.97)

CONGRESSO NACIONAL

10h45 - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac.
Oradores: Senador José Agripino e deputado Adilson Mota. Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados
14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado
Pauta: Votação, em primeiro turno, das *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias.

COMISSÕES

Quarta-feira (12.03.97)

10h - Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste
Pauta: Exposição do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza; sobre a atuação do ministério na região Nordeste. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa
17h - CPI dos Precatórios
Pauta: Depoimentos dos diretores da Negocial, Fábio Pazzanese Filho e José Luiz da Cunha Priolli; dos diretores do Banco Votor, Fábio Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon; e inquirição e acareação entre o ex-coordenador da Dívida Pública do estado de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, e diretores do Banco Votor; diretor da Perfil, Luiz Calábria; diretores da Divisa, Roberto Sampaio Correa e Marcus Vinicius Guimarães; diretor da Negocial; e gerente do Banco Mercantil do Brasil, cujo nome não foi divulgado. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho
17h - CPI do Trabalho Infantil
Pauta: Deliberação sobre as audiências nos estados e definição dos próximos depoentes. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

19h - Comemoração do Dia do Bibliotecário. Auditório Petrônio Portella

Quinta-feira (13.03.97)

17h - CPI dos Precatórios
Pauta: Depoimentos do ex-secretário de Finanças de Goiânia Cairo Antônio Vieira Peixoto; do ex-funcionário da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, Pedro Neiva; e do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, César Augusto Busatto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Emília divulga dados sobre disquete do Banco Central

"Eles nem verificaram se existiam os precatórios para amparar a emissão de títulos", diz a senadora, ao criticar a instituição financeira

Incumbida pela CPI dos Precatórios de analisar o disquete com os registros do Banco Central sobre títulos emitidos para pagamento de precatórios em 1995 e 1996, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) fez ontem, em entrevista à imprensa, um primeiro relato do que apurou. Ela disse que houve 49 mil operações, irregulares ou não, nesse período, e que foram 94 as instituições tomadoras finais desses papéis. Entre essas estão 42 bancos e 14 fundos de investimento.

Emília Fernandes informou que soma R\$ 3,5 bilhões o total de títulos negociados, sendo sete, e não apenas três, o número de estados que fizeram essas emissões. Além de Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco, já sob a investigação da CPI,



Emília Fernandes

também emitiram títulos, segundo a senadora, os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Mas ela esclareceu que esses quatro ainda estão sendo rastreados, e portanto não existe até agora nenhuma suspeita contra eles.

Os municípios que emitiram títulos, de acordo com Emília Fernandes, foram apenas os que já estão sujeitos à investigação da CPI - São Paulo, Osasco, Cam-

pinas e Guarulhos. Na entrevista, Emília afirmou que o Banco Central precisa ser cobrado em sua responsabilidade como fiscal do mercado financeiro. "Eles nem verificaram se existiam os precatórios para amparar a emissão de títulos", disse a senadora.

Ela também responsabilizou o Senado, dizendo que a CPI precisa ouvir os senadores que relataram favoravelmente autorizações para emissão de títulos por estados e municípios. "Está claro agora que a urgência com que esses pedidos tramitaram não foi favorável à austeridade pública", constatou Emília Fernandes. Ela informou que sugerirá à comissão a audiência dos senadores que relataram essas autorizações em 1995 e 1996.

CPI interroga hoje ex-secretário de Alagoas e dono da corretora Boa Safra

A CPI dos Precatórios reúne-se às 10h de hoje para interrogar o empresário Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boa Safra, e José Pereira de Sousa, ex-secretário da Fazenda de Alagoas. Eles abrem uma série de 11 depoimentos que a comissão tomará durante a semana, entre os quais estará o do gerente do Banco Mercantil, Valter Molina Lopes.

Conforme os senadores, Fausto Solano Pereira é suspeito de ter participa-

do do desvio de lucros obtidos com a emissão de títulos estaduais. Os senadores também suspeitam que José Pereira de Sousa pode ser um dos principais responsáveis pelo lançamento irregular de papéis pelo governo de Alagoas. Às 17h, a CPI volta a se reunir em sessão reservada, para avaliar os dados apurados até agora.

Ainda nesta semana, a CPI pretende descobrir quem comandava no mercado financeiro o esquema de lançamento e venda de papéis emitidos em Santa Ca-

tarina, Pernambuco e Alagoas, e nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco e Campinas. Por isso, os senadores vão reinquirir amanhã (dia 12) Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo. Ele será acareado com os diretores dos bancos Vetor e Divisa, da corretora Perfil e da distribuidora Negocial, suspeitos de serem seus parceiros no negócio de emissão de títulos.

ACM garante prazo suficiente para comissão

O senador Antonio Carlos Magalhães disse ontem que pretende assegurar à CPI dos Precatórios prazo suficiente para realizar seu trabalho, e que, além da prorrogação por quarenta e cinco dias, a comissão poderá também reunir-se aos sábados e domingos, e nos dias úteis à tarde, depois do encerramento da sessão plenária do Senado.

O presidente do Senado não quis opinar sobre a necessidade de mais uma prorrogação, por tratar-se de assunto interno da comissão.

- Não sou dono dessa decisão, mas acho que é um desejo do Senado de que a CPI acabe no menor prazo possível. Esses quarenta e cinco dias, com mais um mês de prazo ainda existente, dão setenta e cinco dias. Acho que é prazo bastante - afirmou.

Quanto à possibilidade de convocação de senadores para depor perante a comissão, Antonio Carlos Magalhães afirmou que, caso seja realmente necessária ao prosseguimento da investigação, ela ocorrerá, mas fez uma ressalva: "Não se pode é, levemente, acusar qualquer senador sem que se apresente uma prova".

Visita de Chirac honra o Brasil, diz ACM

Presidente do Congresso destaca que a vinda do dirigente francês deverá resultar em importantes avanços nas relações bilaterais, principalmente nos campos econômico e cultural



O senador Antonio Carlos Magalhães declarou ontem que a visita do presidente da República da França, Jacques Chirac, ao Brasil, "é extremamente honrosa para o país", e deverá resultar em importantes avanços nas relações bilaterais, principalmente nos campos econômico e cultural.

Como presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos terá a missão de receber Chirac amanhã, dia 12, para sessão especial em homenagem ao dirigente francês, que se realizará às 10h45, no plenário da Câmara.

- A visita do presidente Fernando Henrique à França foi realmente um grande êxito. Agora, nessa retribuição, poderemos concretizar grandes empreendimentos na área industrial e, especialmente, reforçar nossos laços na área cultural - afirmou.

Antonio Carlos recebeu em audiência na tarde de ontem o embaixador do Brasil na França, Carlos Alberto Leite Barbosa.

Agripino falará na sessão do Congresso

O Congresso Nacional homenageará com uma sessão solene amanhã (dia 12), às 10h45, o presidente da França, Jacques Chirac. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados. José Agripino (PFL-RN) falará em nome do Senado, e Adilson Mota, em nome da Câmara.

PRESIDENTE DO TCU É RECEBIDO NO SENADO

O presidente do Tribunal de Contas da União, Homero Santos, foi recebido ontem, em audiência, pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para uma visita de cortesia. Ele veio acompanhado pelo ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira.

Homero Santos disse à imprensa que o

pedido de informações do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre a auditoria semestral realizada no projeto Sivam poderá entrar na pauta do TCU amanhã, mas explicou que isto depende do relator, ministro José Antonio Bairton Macedo.

Plenário começa a discutir novas regras para MPs

O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou ontem que o Congresso inicia amanhã (dia 12) a discussão de novas regras para edição das medidas provisórias, na expectativa de finalizar a votação ainda no primeiro semestre, contando para isso com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso no entendimento.

- Precisamos encontrar uma solução que harmonize o projeto Aluísio Ferreira com o substitutivo do senador José Fogaça, e vamos também ter um entendimento com o presidente da República, que tem se mostrado interessado em resolver esse problema - disse.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Valmir defende reforma do Judiciário

"A Justiça não pode ser motivo de desânimo e de esperas intermináveis por decisões que, quando lavradas, tornam-se inócuas e com efeitos muitas vezes paradoxais", diz senador

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem a reforma da Justiça brasileira, "que precisa adequar-se às exigências de uma sociedade em profundo e contínuo processo de mutação". Ele atribui a lentidão do Judiciário às impropriedades da legislação, "que permitem a um bom advogado protelar, indefinidamente, o andamento de um processo", e ao número insuficiente de juizes.

Valmir citou dados publicados pelo jornal *Correio Braziliense* segundo os quais, a cada ano, 5 milhões de novos processos chegam aos tribunais federais. Cada ministro do STJ, para zerar a pauta, teria que julgar 1.176 processos até o final do ano, promovendo o julgamento de até três processos por dia, incluindo sábados, do-



Valmir Campelo

mingos e feriados.

Essa situação, lembrou o senador, repete-se nas "demais instâncias judiciais Brasil a fora", fazendo com que processos simples se arrastem por anos a fio, numa *via crucis* que sacrifica, especialmente, os segmentos mais desfavorecidos da população.

Ele fez um apelo aos juizes, desembargadores, ministros, advogados e professores, no sentido de "repensar a Justiça brasi-

leira, tornando-a um instrumento de justiça, de paz social e de desenvolvimento". Na opinião do senador, "a Justiça não pode ser motivo de desânimo e de esperas intermináveis por decisões que, quando lavradas, tornam-se inócuas e com efeitos, muitas vezes, paradoxais; ela tem que servir ao homem e facilitar a vida das pessoas".

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a aprovação da proposta de emenda à Constituição que institui o efeito vinculante e a criação de mais tribunais de pequenas causas seriam algumas medidas positivas para desafogar o Judiciário. Já o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), autor da proposta, destacou as vantagens da adoção do efeito vinculante.



Júlio Campos

Brasileiro no exterior precisa de proteção, afirma Júlio Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que o Itamaraty deve se aparelhar para oferecer aos brasileiros que vivem no exterior a proteção e o amparo a que têm direito. Para ele, embora a diplomacia do Brasil tenha mostrado, ao longo do tempo, grande capacidade na defesa dos interesses do país, "faltou ao Ministério das Relações Exteriores idêntica competência no trato das questões referentes aos serviços consulares".

- Nosso emigrante, esteja onde estiver, independentemente de sua situação legal no país em que vive, é um cidadão brasileiro e como tal tem que ser visto pelo Itamaraty - disse o senador. Ele lembrou que os brasileiros no exterior remetem anualmente mais de US\$ 4 bilhões para o Brasil, quantia "bem superior ao total das nossas exportações de soja, das importações de automóveis e do próprio déficit comercial brasileiro de 1995".

Conforme Júlio Campos, cerca de 2 milhões de brasileiros vivem atualmente no exterior e, no ano passado, outros 3 milhões estiveram fora do país como turistas. Enquanto isso, a estrutura consular brasileira "permanece praticamente a mesma de quando os brasileiros no estrangeiro estavam-se nos dedos". A seu ver, esse número, "por demais expressivo, permite-nos falar em verdadeira diáspora, fenômeno inexistente há algumas décadas".

Rocha prega mudanças na situação carcerária

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o governo deve se basear nos estudos feitos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para "com rapidez, facilidade e reduzido custo" modificar o quadro "lastimável e vergonhoso" das prisões no país.

Segundo o senador, a CNBB, com o objetivo de fundamentar a Campanha da Fraternidade deste ano, realizou um completo levantamento da situação dos presos no Brasil "e aponta o que pode ser feito" para corrigir as distorções existentes no sistema penitenciário brasileiro. Na opinião do senador,



Sebastião Rocha

o Brasil dispõe hoje de uma legislação moderna sobre o assunto, "restando, apenas, ao Executivo agir".

Sebastião Rocha disse que, "no espírito da campanha A Fraternidade e os Encarcerados, apresentou recentemente projeto que obriga o preso a

trabalhar e enquadrar a prestação desses serviços ao regime da CLT, além de prever remuneração de acordo com o salário mínimo ou piso salarial da categoria profissional respectiva.

- A situação é inaceitável, ainda mais quando se sabe que a maioria dos presos brasileiros é composta de homens e mulheres que trabalham. O seu afastamento da sociedade não pode resultar em condenação à miséria e ao desamparo, sobretudo para aqueles que venham a trabalhar em suas prisões, terapêutica de recuperação há muito adotada em todo o mundo - comentou o senador.



Pedro Simon

Simon sugere que Meridional integre Banco do Mercosul

O Banco Meridional do Brasil poderá ser incluído na estrutura do Banco do Mercosul, segundo prevê projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza o Executivo a adotar a medida. Na opinião do senador, a proposição justifica-se, pois, a seu ver, "a performance e a experiência do Meridional respondem aos anseios do governo brasileiro".

Conforme Pedro Simon, não há necessidade de se criar, do lado brasileiro, com vistas à organização do Banco do Mercosul, novas estruturas, quando o país já possui uma instituição financeira com "a credibilidade e o padrão almejado pelo próprio governo federal".

O Meridional, criado em 1985 com a incorporação do Banco Sul-Brasileiro, apresenta um patrimônio de R\$ 416 milhões, com cerca de 800 mil contas e uma carteira de crédito, no primeiro semestre de 1996, de R\$ 1,2 bilhão, cuja inadimplência é inferior à média nacional - acrescenta o senador.

Segundo Pedro Simon, em dezembro de 1996, os ministros da Economia dos países do Mercosul decidiram transformar o Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata) em banco de desenvolvimento, o do Mercosul, com o objetivo de agilizar e tornar eficientes os mecanismos financeiros de apoio ao desenvolvimento regional. "O banco deverá ter uma estrutura de organização, de decisão e de capital semelhante à de instituições financeiras internacionais", informou o senador.

Nabor cobra ajuda para as vítimas de enchente no Acre

Ele informa que mais de 80 mil pessoas foram atingidas pelas inundações, principalmente nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem à Defesa Civil da Secretaria de Assuntos Regionais providências imediatas para socorrer os desabrigados em consequência das enchentes no Acre. Segundo ele, mais de 80 mil pessoas foram atingidas pela inundação de vários rios, principalmente nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira.

De acordo com Nabor, as prefeituras dos municípios atingidos não têm recursos para atender aos desabrigados, que estão precisando de alimentos, remédios e colchões. "Essas pessoas estão passan-



Nabor Júnior

do por momentos de extrema dificuldade e já começam a surgir algumas doenças decorrentes das enchentes, como febre tifóide e hepatite", disse.

O senador ressaltou que o governador em exercício do Acre, Álvaro Romero, decretou estado de calamidade pública no dia 27 de fevereiro.

- As ações da Defesa Civil são lentas. Infelizmente, a burocracia oficial é tão emperrada que, somente hoje, 11 dias depois do ato do governador, chegaram as primeiras cestas de alimentos para serem distribuídas à população atingida pelas inundações. E, atualmente, a situação é muito mais grave do que antes - afirmou.

Em aparte, o senador Flávio Melo (PMDB-AC) informou que 80% da área da cidade de Sena Madureira estão debaixo d'água e que a atual enchente já é a maior da história do Acre.

Flaviano quer alertar criança sobre violência

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que a Campanha de Combate à Exploração do Turismo Sexual Infantil, lançada pelo governo federal em fevereiro, é muito bem-vinda, mas precisa ser complementada por um trabalho mais amplo, "que ensine as próprias crianças a se defenderem".

Esse é o objetivo de projeto apresentado pelo senador no ano passado, que estabelece a inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, de conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre como defender-se de violência sexual. A proposição do senador não implica alteração na grade curricular. Seguindo orientação da Unesco,



Flaviano Melo

os novos conteúdos seriam integrados aos demais, em regime interdisciplinar.

Na opinião de Flaviano Melo, é importante incriminar os que abusam sexualmente de menores de 14 anos em crime de estupro sujeito a penas de reclusão de 6 a 12 anos, mas "é preciso alertar crianças e adolescentes para seus direitos, ensinando-os a se defenderem dos abusos e da exploração".

Discriminação da mulher continua na prática, diz Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que, apesar de, a igualdade formal entre os sexos estar consagrada na legislação, na prática a sociedade ainda mostra claros sinais de discriminação quanto ao trabalho feminino, principalmente no que diz respeito à remuneração.

- Não considero que sejam os direitos das mulheres o que de fato contribui para a sua discriminação no mercado. Julgo que esses direitos não constituem privilégios e sim o reconhecimento de que não há substituto para a figura materna.

Ao saudar a passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado no último sábado (dia 8), Gilvam ressaltou que é favorável a qualquer iniciativa política que tenha por objetivo a igualdade de direitos entre os sexos.



Gilvam Borges

Novo enfoque para doenças mentais

Roberto Freire quer votar logo projeto que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios, afirmando que países civilizados não mais utilizam esta forma de tratamento

Por considerar fundamental que o país avance logo no tratamento dos doentes mentais, o senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou requerimento para que seja incluído na ordem do dia o projeto de lei "que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentação a internação psiquiátrica compulsória".

A internação em manicômios é um dos resquícios mais dramáticos do atraso na questão do tratamento de doenças mentais. Os países mais civilizados não mantêm mais esse tipo de tratamento - justificou o senador.

Freire lembrou que o projeto de extinção dos manicômios está tramitando há muito tempo no Congresso, o



Roberto Freire

que o levou a requerer que a matéria seja debatida diretamente pelo plenário, e não mais pela Comissão de Assuntos Sociais.

Para o senador, o processo de internação em manicômios, além de ser superado e de não ter nenhuma justificativa em termos de saúde, ainda tem um agravante no Brasil: "É um dos ralos da corrupção no setor de saúde dos conveniados".

PROJETO

O projeto foi apresentado em

janeiro de 1991 pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG). O relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou um substitutivo, que foi derrotado na comissão. A CAS adotou, então, um substitutivo do novo relator, senador Lucídio Portella (PPB-PI). Ao chegar ao plenário, o trabalho de Lucídio Portella recebeu oito emendas, e voltou, então, à comissão. Agora, se aprovado o requerimento de Roberto Freire, as emendas não serão apreciadas pela comissão, mas sim pelo plenário.

Na votação da matéria, os senadores terão que escolher entre o substitutivo de Lucídio Portella - que terá preferência - e o projeto de Delga-

do. Se o substitutivo for aprovado, a etapa seguinte será a votação das emendas.

O projeto original proíbe, em todo o território nacional, a construção de hospitais psiquiátricos públicos e a contratação ou financiamento, pelo setor governamental, de novos leitos em hospital psiquiátrico.

O substitutivo de Lucídio Portella prevê direitos do portador de distúrbio mental, como o acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, com humanidade e respeito e proteção contra qualquer forma de abuso e exploração.

Já as emendas - dos senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra (PT-SE) - pretendem retomar os princípios básicos do projeto apresentado por Delgado.

Osmar propõe entorpecente de graça a cancerosos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que garante tratamento da dor em pacientes portadores de câncer por meio de entorpecentes - morfina, petidina, codeína, tramadol, buprenorfina e naloxone. Pela proposta, os portadores de câncer acometidos por intensas e constantes manifestações dolorosas terão tratamento privilegiado e gratuito quanto ao acesso às prescrições de analgésicos entorpecentes ou correlatos, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Esse tratamento será assegurado em programa especial de controle da dor oncológica, a ser definido pelo Poder Executivo.

Para o paciente ter acesso aos medicamentos, é necessária a apresentação de laudo médico comprovando a existência do câncer. O laudo, a ser mantido por cinco

anos, deverá ser assinado por dois médicos assistentes, regularmente registrados no respectivo conselho profissional e pelo diretor clínico da instituição ou hospital onde se processa o tratamento da doença. O paciente deve também cadastrar-se no programa especial junto ao setor clínico específico e à farmácia do estabelecimento onde for efetivado o tratamento. Os cadastros serão enviados ao Ministério da Saúde, para consolidação.

Ainda com o objetivo de impedir o uso indevido dos entorpecentes, o projeto estabelece que o paciente vinculado ao programa especial será identificado na farmácia hospitalar por meio de cartão dotado de tarja magnética, assinatura, impressão digital e fotografia recente. Com o mesmo fim, a proposta de Osmar Dias prevê que o porte, o transporte, a doação, a troca, a manutenção em estoque ou a venda irregulares



Osmar Dias

dos medicamentos - que terão cor exclusiva e a gravação da sigla DO, dor oncológica - submeterão os infratores às penas previstas na Lei dos Entorpecentes. A pena será acrescida em um terço se o infrator for médico, farmacêutico, enfermeiro ou qualquer subalterno "correlato".

Na justificativa do projeto, Osmar Dias afirma esperar que sua iniciativa venha a preencher "um vergonhoso hiato terapêutico no tratamento das martirizantes dores de pacientes cancerosos pré-terminais ou terminais".

- Os medicamentos entorpe-

centes - afirma o senador - têm sido utilizados com enorme parcimônia, apesar do seu inegável e insubstituível valor terapêutico no tratamento das dores intensas. Os médicos temem utilizar tais medicamentos. Procuram proteger-se, deixando os doentes sofrerem com tratamentos obviamente ineficientes.

Na opinião de Osmar Dias, os médicos devem sentir-se seguros para lançar mão, sem qualquer culpa, dos importantes e eficazes medicamentos relacionados em seu projeto. O senador disse que o câncer, no estágio onde existe forte dor, pode ser considerado praticamente incurável.

- Portanto, negar-se o alívio da dor excruciante a um paciente intratável ou terminal é, no mínimo, irracional, desumano e covarde - assinala.

Lobão: pressão muda MP das montadoras

Senador critica anúncio de que não serão prorrogados incentivos fiscais beneficiando empresas que se instalarem nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou ontem anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre decisão do governo brasileiro de não prorrogar os efeitos da medida provisória (MP) que garantiu incentivos fiscais para montadoras que se instalarem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A declaração, segundo o senador, foi feita durante encontro entre o ministro da Fazenda e o presidente da Argentina, Carlos Menem, na última sexta-feira (dia 7), em Buenos Aires.

- O Brasil sucumbiu às pressões da Argentina, dos Estados Unidos e da União Europeia, que não têm interesse na ampliação do parque industrial automotivo brasileiro - disse Edison Lobão, para quem, "pela primeira vez em nossa história, faz-se público, com chancela oficial, que estamos travancando o desenvolvimento brasileiro por pressão dos interesses alienígenas contrariados".

Para o senador, os motivos



Edison Lobão

que levaram o ministro da Fazenda a fazer aquele anúncio "devem ser graves, pois a declaração oficial, numa só penada, conseguiu dar a impressão, de um lado, que de algum modo se arranhou a soberania nacional e, de outro,

avançou-se nas atribuições de um Congresso independente".

O mais grave, na opinião de Edison Lobão, é que se pretende recuar com relação a uma lei em vigor, pois as medidas provisórias estabelecem normas legais de imediata vigência. O senador frisou ainda que a MP paralisou a tramitação de projetos de lei, como o de autoria do senador Roberto Freire (PPS-

PE), que têm o objetivo de implantar no Norte-Nordeste a indústria automotiva.

Em aparte, o senador Epi-tácio Cafeteira (PPB-MA) disse que o Mercosul serve apenas ao Sul do país e tem se mostrado prejudicial ao Brasil, sobretudo ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a seu ver, regiões que foram "excluídas do próprio mercado nacional".

Odacir Soares lamenta reedição sem alterações da MP do desmatamento

O senador Odacir Soares (PFL-RO) lamentou que a medida provisória proibindo o corte raso em até 80% das áreas florestais da região Norte tenha sido reeditada sem modificações, "com as mesmas imposições e limitações que punem os produtores rurais da Amazônia".

Depois de afirmar que, em razão da medida, a atividade agropecuária de Rondônia está "engessada", o senador pediu ao presidente da República e ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, o atendimento das reivindicações já apresentadas a representantes daquele ministério



Odacir Soares

e do Ibama "em inúmeras reuniões" promovidas pelas lideranças da comunidade local.

Para Odacir Soares, é preciso que nos estados da região Norte e no norte da região Centro-Oeste, onde houver política de zoneamento econômico-

ecológico, a utilização das áreas florestais seja feita de acordo com o planejamento existente. Por outro lado, o senador defende que o corte raso das coberturas florestais seja permitido em toda a propriedade que tiver até 50 hectares.

Nas propriedades com tamanho entre 50 e 200 hectares, Odacir Soares pretende que seja permitido o corte raso em até 75% da área e, acima disso, em até 50%, "desde que localizadas em áreas definidas para a agricultura, conforme legislação específica do zoneamento econômico-ecológico estadual".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, FLAVIANO MELO E VALMIR CAMPELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.